

*Artigos Originais***GÊNERO E CULTURA DE PAZ NA ESCOLA: DIÁLOGO COM AS JUVENTUDES***Original Articles***GENDER AND CULTURE OF PEACE IN SCHOOL: DIALOGUE WITH YOUTHS**

Maria Dolores dos Santos Vieira*

<http://lattes.cnpq.br/2284776093911793>doloresvieiraeduc@hotmail.com

Antonia Regina dos Santos Abreu Alves**

<http://lattes.cnpq.br/5294454314040108>reginaabreu22@hotmail.com

CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil – eISSN 2175-4217 – está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

**RESUMO**

O presente artigo apresenta reflexões sobre Gênero e Cultura de Paz em diálogo com as juventudes. Essa temática vem sendo discutida desde as últimas três décadas do século XX e, com maior intensidade, na primeira década do século atual. Fundamentam esta discussão: Scott (1995), Louro (1999), Carvalho (2000), Rodrigues (2003), Matos (2011), Guimarães (2007), Macedo (2012) e outros. Como estratégias teórico-metodológicas utilizamos estudos bibliográficos, oficinas de vivências e rodas de diálogo. O estudo está sendo realizado em uma escola pública municipal, nas séries finais do Ensino Fundamental de uma cidade da região da grande Teresina. São sujeitos dessa investigação jovens musicistas de agremiação juvenil da referida escola. Dados resultantes desse processo indicam formas de convivência que, embora contraditórias, já apresentam avanços no processo, mesmo ainda construindo uma Cultura de Paz, pautada em certos limites, como: instabilidade de alguns membros, disputa de lideranças, ausências dos registros sistemáticos de experiências. O empenho em melhorar as relações entre jovens homens e jovens mulheres é um imperativo no contexto discutido, uma vez que há um quantitativo maior de jovens homens. Refletindo a escola como espaço rico de representações sociais, ambiente plural de culturas juvenis, local em que essa diversidade muitas vezes provoca conflitos, isso porque as/os jovens trazem no corpo, no falar e no agir as marcas de

* Docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrado em Educação pela UFPI.

** Docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrado em Educação pela UFPI.

suas vivências e de seus valores. Problematizar a convivência entre as juventudes no interior da escola possibilita uma flexibilização nas relações de gênero e a recusa aos sólidos estereótipos de masculinidade e feminilidade presentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: relações de gênero. escola. juventudes. cultura de paz.

ABSTRACT

This paper presents reflections on Gender and Culture of Peace in dialogue with the youths. This subject has been discussed since the last three decades of the twentieth century and with greater intensity in the first decade of the present century. Support this discussion in the Brazilian scenario: Scott (1995), Blonde (1999), Carvalho (2000), Rodrigues (2003), Matos (2011), Guimarães (2007), Macedo (2012) and others. As theoretical-methodological strategies we used bibliographic studies, workshops experience and dialog wheels. The study is being conducted in a public school in the upper grades of elementary school in a city of Teresina region. The subjects of this research are young musicians of this school. Data resulting from this process indicate ways of living that, although contradictory, already present advances in the process. The Culture of Peace is being built with some limits, such as: instability of some members, leaders dispute, lack of systematic records of experiences. The effort to improve relations between young men and young women is imperative in the discussed context, since there is a higher number of young men. We think about the school as rich field of social representations, plural environment of youth cultures, where the diversity often causes conflict, because they bring in their bodies, speech and actions the brands of their experiences and their values. The discussion about the interaction between the youths inside the school enables flexibility in gender relations and the refusal to solid stereotypes of masculinity and femininity resident in our society.

Keywords: gender relations. school. youths. culture of peace.

INTRODUÇÃO

A escola é espaço rico de representações sociais, ambiente plural de culturas e de juventudes. Na escola tudo é significativo e carece de investigação apurada para a construção de entendimentos e de juízos de valor. Questões que se materializam no contexto escolar não podem ser explicadas de forma superficial. A história de vida de cada jovem guarda muito dos significantes que concorreram para a construção do seu eu. Cada pessoa tem seus próprios mecanismos de proteção e de reação. A roupagem que cada acontecimento recebe do indivíduo vem carregada daquilo que foi célula de

origem, dando novo sentido para cada situação que deve ser analisada dentro de um dimensionamento humano, social, histórico e cultural.

Muitas relações são construídas em meio a vivências e experimentações emocionais que contribuem para situações conflituosas, geradoras de posturas de apatia, de agressividade ou de indiferença, endurecendo assim, os sentimentos e alterando as vontades dos sujeitos. Os jovens são, também, seres humanos e sujeitos que trazem, inclusive no corpo, as marcas de suas experiências. Determinadas reações desajustadas das juventudes se devem em grande parte aos problemas vivenciados desde a infância, o que interfere no comportamento dessa jovem ou desse jovem em muitos dos ambientes em que ela e ele estão inseridos.

Nesse sentido, a escola precisa direcionar o olhar para questões que são indispensáveis para a melhoria dessas relações como as citadas a seguir: Por que as escolas têm sido cenário de tanta violência? Por que as ações pensadas como construtoras de Cultura de Paz parecem ineficazes? Como têm sido construídas as relações de gênero na escola? Qual o entendimento que a escola tem de sexo e de gênero?

Refletir sobre esses questionamentos é o melhor caminho para a compreensão e para a melhoria das relações de gênero e de construção da Cultura de Paz no âmbito escolar. São essas premissas que fortalecem, *a priori*, a necessidade de empreendermos um estudo que traga novas proposições para a construção de relações humanas, mais amenas e mais amistosas entre as juventudes: homens e mulheres.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DA CULTURA DE PAZ

Para melhor compreendermos a amplitude da palavra gênero, é necessário que consideremos o caráter e o conceito histórico desse termo. Conceituar gênero é identificá-lo no contexto e na temática específica em que se insere e com a qual se relaciona em um determinado período histórico.

Nessa acepção, para entendermos melhor as relações de gênero na realidade escolar é preciso, antes, termos clareza sobre a diferença entre sexo e gênero.

Para Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim, uma construção social e histórica dos sexos. Por sua vez, “sexo” é uma condição orgânica, biológica, são as diferenças físicas que distinguem o macho da fêmea e que não mudam radicalmente, apenas se desenvolvem durante o crescimento e a maturação humana (FERREIRA, 1999).

Nessa ótica, o juízo de valor, as habilidades, as capacidades ou os conceitos ao indivíduo, a partir das diferenças sexuais, são invenções sociais e ideológicas de pressupostos sobre o papel adequado ao homem e à mulher, que vêm determinando afazeres, atitudes, comportamentos e “atribuições” convenientes a cada sexo. Portanto, essas atribuições construídas historicamente e culturalmente é uma questão de gênero e não de sexo, é uma questão cultural e não biológica. Essa construção social influencia diretamente nos posicionamentos que são direcionados às pessoas nos espaços sociais.

O não entendimento dessas questões tem privado os seres humanos de usufruir da liberdade de viver democraticamente e sem as divisões de papéis entre homens e mulheres, nas quais a mulher acaba por ocupar posição de inferioridade, assim, qualquer alteração ou mudança dos modelos estabelecidos de “ser homem” e de “ser mulher” gera preconceito, discriminação e até isolamento.

As diferenciações entre homens e mulheres também podem ser vistas no desempenho de funções, em que a mulher, na maioria dos casos, mesmo ocupando cargo semelhante ao que o homem desempenha acaba por receber salário inferior. Isso se deve às construções históricas, culturais e às relações sociais, que determinam os espaços de efetivação masculina em detrimento da condição feminina. Connel (1995, p. 189) aprofunda essa discussão ao tratar do processo de construção e de reconstrução das masculinidades.

Existe uma narrativa convencional sob e como as masculinidades são construídas. Nessa narrativa toda cultura

tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres [...] a feminilidade é compreendida como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas, da mídia e, finalmente, dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente a repressão dos sentimentos [...] não devemos pensar as “masculinidades” como construções fixas, mas sim entendidas como capazes de ser permanentemente reconstruídas. (CONNEL, 1995, p. 183-206).

Podemos constatar que, na escola, a educação de homens e de mulheres reflete o conceito de gênero, na perspectiva de uma construção social e histórica dos sexos. No espaço escolar, como em outros setores da sociedade, as práticas sociais se dirigem aos corpos. Os homens e as mulheres não conseguem ainda perceber ou compreender o significado das diferenças individuais entre os sexos, caso elas não estejam definidas biologicamente. Mas, na verdade, isso é histórico e social, pois há muitas formas de ser homem e de ser mulher, de ser masculino e de ser feminino, por conta disso, não se podem definir tais papéis sexuais.

Desde muito cedo, as diferenças entre meninos e meninas são transformadas em hierarquias (forte *versus* fraca), beneficiando precocemente o poderio masculino, ensaiando-se e propagando-se, assim, as diferenciações que “[...] historicamente tem favorecido os homens em detrimento das mulheres” (CARVALHO, 2000, p. 17), não apenas no que se refere aos aspectos físicos e ao uso dos espaços, mas nos diversos campos dos direitos humanos e de igualdade de gênero.

As meninas são representadas “normalmente” calmas, bem comportadas, recatadas, medrosas, fisicamente fracas e inábeis, e são efetivamente condicionadas a se enquadrar nesse modelo comportamental, ocupando os espaços e exercitando as atividades a elas designadas, geralmente pautadas no zelo e no cuidar, visto seu dom natural de ser mãe. Aos meninos, atribuem-se a força física, a coragem, o papel de liderança e de comando, e efetivamente são estimulados a se desenvolverem assim.

Essa realidade é uma constante, pois é comum na sala de aula que alguns/as professores/as considerem as meninas como bem comportadas, com os cadernos mais organizados, enquanto aos meninos são delegados os papéis de mal-educados, indisciplinados, desorganizados, o que acaba gerando muitos preconceitos, por exemplo, quando o menino é mais cuidadoso com os materiais e não gosta de correr é tratado de maneira discriminatória, da mesma forma, a menina que gosta de jogar futebol enfrenta resistências na escola.

Segundo explica Bourdieu (2005), as relações de dominação são somatizadas e naturalizadas na relação de causalidade circular entre as estruturas objetivas do espaço social e as disposições psicossomáticas produzidas nos sujeitos, os *habitus*¹.

A escola, em muitas situações, acaba por incentivar e até mesmo reproduzir o contexto da ordem androcêntrica vigente, reforçando os modelos estereotipados de “ser homem” e de “ser mulher”, contribuindo para as desigualdades de gênero, contrapondo seu papel social e educativo de combate aos preconceitos e aos estereótipos.

As situações que permeiam a convivência e as experiências escolares deveriam favorecer a construção de um mundo que deve permitir e respeitar as diferentes formas de ser homem e de ser mulher, no qual, especialmente as jovens, possam usufruir de condições objetivas que não venham a estreitar, podar ou aniquilar suas subjetividades e possibilidades, que não lhes estimulem sentimentos de inferioridade e de impotência, mas que lhes permitam exercer a plenitude humana e o direito de ser e estar em uma sociedade de iguais. Esse é o primeiro passo da escola que deseja relações de gênero e de Cultura de Paz mais libertadoras e pacíficas.

¹ O conceito de *habitus* refere-se aos sistemas de disposições adquiridas no processo de socialização primária. O *habitus* é uma capacidade cognitiva socialmente construída, um sistema de esquemas de percepção, pensamento, apreciação e ação, produtos da internalização dos princípios de um arbitrário cultural. Capital cultural corporificado, o *habitus* expressa uma maneira de ser, um estado habitual especialmente do corpo, uma pré-disposição, tendência, propensão ou inclinação incluindo a autodisciplina e autocensura (BOURDIEU, 2005; BOURDIEU; PASSERON, 1975).

A escola precisa promover momentos nos quais ocorra a interação entre as jovens e os jovens, concorrendo para o desenvolvimento de possibilidades de conhecimento do mundo, do outro e de valores como respeito à diversidade, à solidariedade e à cooperação. Acreditamos, assim, que se faz necessária à intervenção adulta e profissional (RODRIGUES, 2003) sobre as relações de gênero evidenciadas no ambiente escolar para minimizar tais desigualdades, pois, como adverte Moreno (1999, p. 74):

Não intervir equivale a apoiar o modelo existente. Se acreditarmos que deixando que meninos e meninas façam o que querem estamos deixando-os em liberdade, equivocamos, porque tenderão a reproduzir os esquemas e modelos do seu meio, ou seja, estarão à mercê do ambiente.

Diante desses elementos de análise, defendemos que é imprescindível a desconstrução da realidade que se apresenta muitas vezes inquestionável no ambiente escolar, para que, a partir dela, construam-se novas relações em que haja igualdade e, de fato, homens e mulheres exerçam verdadeiramente a cidadania, pois “[...] não existe democracia sem direitos sociais iguais, voltados para todos os cidadãos e cidadãs de acordo com suas necessidades, pautadas pelas suas diferenças.” (LOURO, 1999, p. 24).

É fundamental que reconheçamos e aprendamos definitivamente que homens e mulheres são diferentes apenas do ponto de vista físico e biológico, mas são iguais em direitos e devem tê-los garantidos e respeitados em todos os espaços sociais, inclusive na escola. Negar esses direitos é violência e depõe contra a cidadania e os direitos humanos, podendo acarretar muitos problemas para crianças que têm suas preferências interrompidas por um esmagamento cultural que impõe normas que devem ser, obrigatoriamente, seguidas, sem levar em consideração a construção da identidade das mesmas.

É válido, também, reforçar que algumas dessas formas de violência vão expressar as condições negativas de transformação pelas quais as jovens e os jovens passam e que são exaustivamente propagadas, pois é na convivência com os outros que aprendemos os valores, comportamentos e

construímos representações errôneas acerca de homens e mulheres. Sobre isso, coadunamos com o pensamento de Guimarães (2007, p. 62).

O respeito à vida e à dignidade de cada pessoa, sem discriminação e preconceitos: a prática da não violência, a partilha do tempo e dos recursos materiais como forma de terminar a exclusão, a injustiça e a opressão, a defesa da liberdade de expressão e da diversidade cultural, com centralidade no diálogo, a promoção de um consumo responsável, e a contribuição para o desenvolvimento de cada comunidade, aí compreendida a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos.

Em meio à crescente necessidade de respeito às diferenças e às relações de gênero, percebemos que algumas temáticas começam a fazer essa desconstrução de preconceitos e de intolerâncias dentro da ambiência escolar. Nessa percepção, a Cultura de Paz, que não significa ausência de conflitos, mas concebida como PAZ POSITIVA (CASTRO; MATOS; MATOS, 2011, p. 49), é uma das ferramentas que se apresenta como alternativa de reversão desse quadro de desigualdades. Várias experiências, em desenvolvimento em muitas cidades brasileiras, a exemplo dos Projetos “Cinco Minutos de Valores Humanos” (Fortaleza), Projeto de Mediação de Conflitos (Fortaleza), Justiça Restaurativa (Santa Maria – RS), Reiki na Escola (Fortaleza).

Advogamos não apenas a construção de uma Cultura de Paz, mas a sua inserção no espaço escolar, pois dessa forma estreitaremos as relações entre a educação e a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ou seja, fazer a Cultura de Paz chegar à escola, parte da compreensão do papel mais importante do processo educacional, que é o estabelecimento de relações sociais saudáveis, implicados em direcionar práticas pedagógicas para formar sujeitos comprometidos com condições mais humanas e pacíficas de convivência.

Destacamos também que, ao levar a Cultura de Paz ao interior da escola, temos a adoção de uma postura que quebra a noção idílica, utópica e abstrata da construção da paz. À proporção que é construída sob a forma

curricular e atitudinal de educadores, alunos e demais sujeitos da comunidade escolar, damos ênfase à proposta cotidiana, por isso, duradoura e capaz de “[...] mudanças inspiradas em valores como justiça, diversidade, respeito e solidariedade, por parte de indivíduos, grupos, instituições e governos.” (MILANI, 2003, p. 38).

Por esse viés, as atividades sugeridas pela Cultura de Paz buscam a construção ou a reconstrução de valores perdidos nas ações violentas (Cultura da Violência), que são vivenciadas cotidianamente no universo escolar. Trabalhar valores reaviva a sociabilidade harmônica, abrindo espaços de diálogos e de combate à violência para além dos espaços escolares.

É importante, ressaltarmos que a Cultura de Paz não se constitui apenas em política pública, embora esteja presente em um número considerável e crescente de escolas localizadas nas mais diferentes regiões do Brasil, também tem envolvido a sociedade na busca de conter o avanço da violência, não só no que diz respeito à população de um modo geral, mas dirigindo-se diretamente às formas que atingem as juventudes, particularmente, aquelas que reúnem condições de vulnerabilidade social: adolescentes e jovens pobres; negros com deficiência; lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT's); pessoas vivendo com HIV/AIDS; e os que residem em zonas consideradas geograficamente periféricas de grandes e médias cidades brasileiras.

Acreditamos que uma das formas de combater a problemática da violência através da Cultura de Paz está ligada ao imperativo de fortalecer os mecanismos que propiciem a inclusão social da comunidade no debate sobre o fenômeno da violência, atraindo-a para o espaço escolar, onde, através de uma organização sistêmica de conteúdos curriculares adequados aos diversos momentos socioeconômicos, permita, em complementaridade com outros espaços, a discussão de valores, de atitudes, de tradições, de comportamentos e de estilos de vida voltados para a paz. A intermediação da escola, nesse caso, é uma exigência para que tal evento se concretize.

Por essa linha de pensamento temos uma gama de publicações que trabalha a percepção identitária dos gêneros e da Cultura de Paz, suas singularidades, subjetividades e conflitos, como bem ilustram os autores e suas obras: Michel Foucault (1988), *A história da sexualidade*, Judith Butler (2001, 2003), *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”* e *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Jimena Furlani (2003), *Educação sexual: possibilidades didáticas*, dentre outros. Não há dúvidas de que os pressupostos tratados por esses autores fundamentam, pautados nas perspectivas da pós-modernidade e do pós-estruturalismo, a imersão nas práticas subjetivas dos adolescentes e jovens, sobre as relações de gênero e Cultura de Paz nas escolas.

Não é raro escutarmos queixas por parte dos/as professores/as, dos/as coordenadores/as e dos diretores/as com relação à indisciplina e à violência, cada vez mais presentes no espaço escolar e de que essas seriam as principais causas dos problemas que interferem e dificultam as inter-relações nesse meio. Entretanto, apesar dessa hipotetização, não percebemos, na maioria das escolas, por parte dos sujeitos que a fazem, a adoção de medidas e de estratégias que possam modificar ou minimizar esse quadro.

Além disso, podemos perceber que há muitos conceitos errôneos ou equivocados envolvendo a questão da violência e da paz. Um deles é a naturalização desses conceitos, o que tem contribuído para uma acomodação de atitudes que não ajudam na solução dos problemas, ao contrário os reforça e agrava as situações de conflitos e de desrespeito às relações de gênero.

Compreendemos, assim, que em muitas escolas, a convivência tem sido prejudicada por condições emocionais insatisfatórias que terminam comprometendo o processo de ensino e aprendizagem, concorrendo para a instabilidade das relações, que, fragilizadas, materializam-se, muitas vezes, em atitudes de desrespeito, de indisciplina e de baixo rendimento dos/as jovens.

A importância desse fator foi verificada em estudo realizado em 14 países, incluindo o Brasil, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), sobre a qualidade da Educação na

América Latina. Os resultados da pesquisa publicados no livro “*A escola e a desigualdade*” (CASASSUS, 2007), mostram que fatores como: docentes com formação sólida, avaliação sistemática, material didático suficiente, infraestrutura adequada e famílias participativas, favorecem ao bom desempenho dos jovens e das jovens.

Todavia, somando-se a esse arsenal de fatores, o de maior relevância é a existência de um ambiente emocional adequado, construído pelo bom relacionamento entre os sujeitos escolares, professor/a, aluno/a, coordenador/a, diretor/a e auxiliares. Conforme esse estudo, nas escolas onde os discentes se relacionam satisfatoriamente com os/as colegas, com os/as professores/as, não há brigas, o relacionamento entre eles é melhor, não há interrupções durante as aulas e o desempenho escolar é superior ao constatado em instituições educacionais em que o clima é desfavorável.

NOSSAS REFLEXÕES... AINDA HÁ MUITO POR FAZER....

Partindo dessa breve reflexão enfatizamos que somente o aperfeiçoamento dessas relações interpessoais e sociais pode melhorar a vivência social no ambiente escolar e concorrer para que problemas comuns deixem de ser considerados complexos pela ausência de aspectos saudáveis como: respeito, diálogo, solidariedade, sobre os quais deve ser alicerçada toda convivência pacífica. Posturas mais fraternas e humanas repercutirão na qualidade de vida das pessoas e possibilitará a partilha da riqueza que cada um é tornando o outro também mais rico e mais próximo daquele com quem tece o manto da paz.

É indiscutível, portanto, a necessidade da escola desenvolver estratégias para que se torne um ambiente agradável, tanto para os alunos como para os professores e funcionários, sendo capaz de sugerir possíveis caminhos para posicionamentos e novas experiências para as juventudes em suas relações de gênero e na construção da Cultura de Paz na escola.

Portanto, é preciso que a própria escola seja capaz de viabilizar novos olhares, novas posturas, novas práticas pedagógicas e novas abordagens das relações de gênero e de construção coletiva, participativa da Cultura de Paz. Somos levados a crer, então, que os saberes que são trabalhados na escola, quando o são, muitas vezes traduzem a indiferença camuflada e o preconceito implícito.

Diante desse contexto predominante, é preciso que reflitamos, também, outra hipótese: a escola não tem desconstruído os saberes enraizados nas juventudes, nos/nas docentes, na família nem tampouco tem conseguido aproximar-se deles. Cumprindo seu papel formador, ao contrário, ela tem validado e reforçado posicionamentos excludentes, preconceituosos e discriminadores.

O trabalho que ora apresentamos é de natureza qualitativa, pesquisa-ação sendo realizado em uma escola pública municipal, de uma cidade pertencente à região da grande Teresina, tendo como sujeitos jovens mulheres e jovens homens integrantes de agremiações juvenis desse ambiente escolar. Nessa abordagem metodológica fizemos uso de uma estratégia que utiliza estudos bibliográficos, oficinas de vivências e rodas de diálogo, como elementos capazes de suscitar novos olhares, novas formas de agir e de pensar a prática educativa em um contexto mais ameno, em que o diálogo seja porta aberta para o amadurecimento de condutas parceiras entre os vários atores da escola, pois é, também, desejo deste artigo promover reflexões que sustentem a premissa de que somente o investimento nas relações iguais entre homens e mulheres será capaz de transformar os conceitos históricos do que é ser Homem ou ser Mulher, e de como esse entendimento pode abrir novos caminhos para as vivências de Cultura de Paz no ambiente escolar.

Os dados resultantes desse processo indicam avanços nas relações de gênero e nas formas de convivência, construindo uma Cultura de Paz, embora ainda permeada por limites e contradições como as citadas a seguir: instabilidade de certos membros, disputa de liderança, ausências do registro

sistemático das experiências, quantitativo maior de jovens homens, bem como hegemonia destes.

Frente à percepção exacerbada da formação de grupos, de tribos, em que os adolescentes e jovens se agrupam pelas igualdades, a fim de demonstrarem força e representatividade social, é urgente que a escola aproveite esse quadro como fonte de vivência da diversidade nesses grupos, o que resultaria na quebra de tabus e daria lugar a novas aberturas relacionais nesse espaço educativo. Essa ampliação da compreensão da relação de gênero, prioritariamente, colocaria por terra determinadas “pedagogias do sexo”: o menino é orientado para “experienciar coisas de menino”, o mesmo ocorrendo com as meninas. Nessa nova assertiva, não há lugares separados para meninos e meninas. Os gêneros não são vistos como produtos de convenções sociais, mas como condições em que os sujeitos são capazes de uma convivência harmoniosa, em que os papéis podem, inclusive, ser iguais para homens e mulheres desde que eles e elas sinalizem em confirmação aos seus desejos e aos seus ideais.

Nessa vertente conceitual, o indivíduo se reconhece em si, não tem dificuldades de conviver com os outros, de respeitar os seus direitos e os concebe como pessoas e cidadãos/ãs iguais em direitos, mas diferentes na forma de ser homem ou de ser mulher. Esse convívio limpo da mácula da rejeição abre ricas possibilidades nas relações humanas que passarão a interferir positivamente no ensinar e no aprender da escola.

Como podemos refletir, a implantação da Cultura de Paz no seio da escola significa preparar didaticamente a alma humana para dar e receber de forma aberta e equalizada o tratamento que necessitam os partícipes do processo educativo para serem sujeitos da própria vida, no ambiente de sua formação. Isso equivale a dizermos, que nesse universo cada indivíduo se apresenta como ser em formação e formador, por isso passível de interferências do meio e daqueles que pela complexidade da vida pertencem a esse mesmo mundo e nele chegam carregados de saberes diferentes dos seus.

Para finalizar, julgamos importante, ainda, ressaltar que problematizar a convivência das juventudes e a vivência saudável das relações de gênero e Cultura de Paz no interior da escola, de forma alguma tem a pretensão de padronizar ou estereotipar novas posturas, mas traz o desejo de contribuir com flexibilizações e reflexões que sustentem a necessidade de aberturas para inovadoras práticas e vivências escolares.

Caminhamos, seguramente, cientes de que a escola é, sem sombra de dúvidas, o ambiente adequado à implementação das estratégias de cultura e de impressão da Cultura de Paz, tanto por parte do Estado como das organizações a ele conveniadas. Dessa forma, a escola será a grande facilitadora para a compreensão de paradigmas escolares, oferecendo-se como instrumento de reversão de práticas pedagógicas tradicionais e repetidoras de posturas excludentes, na proposição escolar em que ela busca novos modelos de atuação dos sujeitos no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia, Ana Maria Baeta. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira (Org.). **Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Introdução à questão das relações de gênero na educação. In: _____. (Org.). **Consciência de gênero na escola**. João Pessoa: Universitária, 2000.

_____. O que essa história tem a ver com as relações de gênero? Problematizando o gênero no currículo e na formação docente. In: _____.;

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. (Org.). **Gênero e educação: múltiplas faces**. João Pessoa: NIPAM : Universitária, 2003.

_____.; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. (Org.). **Gênero e educação: múltiplas faces**. João Pessoa: NIPAM : Universitária, 2003.

CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. Brasília, DF: Líber Livro : UNESCO, 2007.

CASTRO, Livia D. de; MATOS, Catarina da Graça A.; MATOS, Kelma Socorro L. de. Cultura de Paz e Formação de Professores: Oficinas Pedagógicas com Harmonização e Valores Humanos. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de. (Org.). **Cultura de paz, ética e espiritualidade II**. Fortaleza: Ed. UFC, 2011.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 183-206, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes, NECKEL, Jane Felipe, GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUIMARÃES, Marcelo Irineu Rezende. Desafios para a construção de uma cultura de paz. **Divulgação Saúde em Debate**, Londrina, n. 39, p. 14-22, jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://daiweb.org/signos>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACÊDO, Rosa Maria de Almeida. **Juventudes, cultura de paz e escola: transformando possibilidades em realidade**. 2012. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. (Org.). **Cultura de paz, ética e espiritualidade II**. Fortaleza: Ed. UFC, 2011.

MILANI, Feizi M. Cultura de paz x violências. In: _____.; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. (Org.). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003.

_____; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. (Org.). **Cultura de paz:** estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

RODRIGUES, Paula. **Questões de gênero na infância:** marcas de identidade. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Artigo recebido em: 30/04/2014.

Aprovado em: 10/09/2014.